

Anexo II

1 - Álvaro Domingos Medeiros, titular do cartão de cidadão nº 4972196, residente na Rua Tomás Kim, nº 27, Pinhal de Frades, 2840-356 Seixal, e Fausto de Sousa Felicidade, titular do cartão de cidadão nº 1595995, residente na Rua José Campas, nº 6-2º frente, 1800-236 Lisboa, na qualidade de representantes legais da firma «ALMEFA – Comércio de Peças e Acessórios, Lda», e NIF 502536667, com a sede social na Rua Guiomar Torresão, lote 6, Pinhal de Frades, 2840-188 Seixal, adjudicatário no procedimento de ajuste direto nº 2017/300.10.005/28, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente.
- b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional; (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional).
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no nº 1 do artigo 460º do presente Código;
- d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562º do Código do Trabalho;
- e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – o declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e), e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pinhal de Frades, Seixal, 20 de Janeiro de 2017

